

CIDADE, TRABALHO E CONSUMO: a experiência dos jovens pobres na contemporaneidade

Maria Aparecida Tardin Cassab
Francinelly Aparecida Mattoso
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

CIDADE, TRABALHO E CONSUMO: a experiência dos jovens pobres na contemporaneidade

Resumo: Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa que tem por objetivo problematizar a condição de jovens pobres na sociedade brasileira hoje. Para isso, após breve nota metodológica, discute as conexões entre as vivências de jovens moradores de uma cidade de porte médio na produção de uma experiência de posição de classe, como elementos centrais para a discussão proposta às categorias cidade, trabalho e consumo como partes essenciais do modo de vida dos jovens pobres em seus vínculos com a geração.

Palavras-chave: Juventude, cidade, trabalho, consumo.

CITY, WORK AND CONSUMPTION: the experience of poor youth in contemporaneity

Abstract: This paper presents partial results of a research that has as its main intent the discussion of poor youth conditions in Brazilian society today. To do so, after a brief methodological note, we discuss the connections between the experiences of young residents of a medium-sized city in the production of an experience of class position. The concepts and categories of city, work and consumption, are presented as central elements for the discussion proposed because they are essential parts of the livelihood of poor young people in their ties to their generation.

Keywords: Youth, city, work, consumption.

Recebido em 31.03.2010. Aprovado em 16.04.2010

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta parte da análise do material coletado na pesquisa “Jovens pobres: de quem se fala?”, apoiada pela FAPEMIG. Ele é parte do esforço de construção da categoria jovens pobres e da compreensão acerca de sua presença na sociedade brasileira hoje. Para isso, em primeiro lugar é apresentado o debate das formas de apropriação dos jovens em seu cotidiano na cidade, suas percepções e expectativas. O segundo ponto trata do lugar do trabalho e do consumo em suas vivências. Finalmente, o artigo apresenta como percurso analítico ainda a ser continuado, com base nas descobertas da pesquisa, o destino dos jovens hoje.

Após um extenso levantamento da literatura sociológica brasileira sobre o tema, a partir dos anos 1950, foi feito um trabalho de campo. Através de entrevista semiestruturada, a equipe entrou em contato com jovens em diferentes situações, a saber: em relação à escolarização, estudantes do ensino fundamental e médio regular; na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e também superior. Em relação ao trabalho: trabalhadores com carteira assinada; trabalhadores na informalidade; desempregados; empregadas domésticas, em qualquer condição de vínculo de trabalho. Em relação a local de moradia: jovens moradores de áreas rurais; moradores de periferias urbanas. Foram ainda pesquisados jovens em serviço militar obrigatório e jovens participantes de programas e projetos sociais. Os grupos, à exceção daqueles em serviço militar obrigatório, foram compostos por rapazes e moças com idade variando entre 15 e 29 anos¹. Foram realizadas 78 entrevistas individuais e desenvolvidos 13 grupos de discussão. Para a coleta dos dados, por meio do formulário de entrevista, os jovens eram orientados a acompanhar, individualmente, uma integrante da equipe de pesquisa para responder, em local separado dos demais, às questões propostas. Após responderem às perguntas, os jovens eram convidados para o grupo de discussão.

Para facilitar a aproximação dos pesquisadores aos jovens, foram realizados contatos com algumas instituições, dentre elas, escolas e instituições nas quais os jovens estão em atividades, como exército, prefeitura e associações comunitárias. A coleta de dados foi feita no período compreendido entre o segundo semestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009.

A metodologia de discussão adotada em grupo permitiu o intento de proporcionar aos jovens uma reflexão, um movimento de desvendamento, explicação e interpretação de processos cotidianos de sua vida. Isso se deu através da verbalização e reflexão de suas experiências pessoais, dos elementos históricos e sociais nelas implicados, como também suas perspectivas de futuro.

A sustentação teórica das análises desenvolvidas subsidia-se em autores que discutem a juventude a partir do conceito de geração, como Foracchi (1972) e Groppo (2000), que apoiados em Karl Mannheim, apresentam a juventude como categoria social que demanda para seu entendimento sua localização na sociedade, em cada momento histórico através das distintas experiências vivenciadas pelos jovens. Paralelamente, remete-se a autores que desenvolvem abordagens políticas e econômicas da cidade, como Santos (1993), Lefèbvre (2008), Moreira (2007), entre outros, objetivando o entendimento das experiências juvenis no espaço urbano.

A história de cada sujeito constituída ao longo da vida social não é construída isoladamente. Parte-se então, da compreensão de que as relações vivenciadas e estabelecidas pelos sujeitos no presente precisam ser entendidas a partir dos vínculos que as gerações encerram, sejam eles vínculos intra ou extrageracionais.

Estas relações são contraídas em uma totalidade social contraditória e conflituosa de relações sociais. A partir desse ponto é que as relações individuais convergem em práticas estabelecidas e definidas por uma institucionalidade burguesa.

Assim, três categorias teóricas são fundamentais no estudo: geração, pobreza e posição de classe. A geração é uma situação comum de vários indivíduos em uma estrutura social, situação que constitui uma relativa unidade em relação às pressões e possibilidades de ganho resultantes dela. Ela não é uma adesão consciente e voluntária de filiação, mas uma condição pré-existente, exterior e anterior ao indivíduo. Nesse ponto, Mannheim (1982, p.71). estabelece um paralelo conceitual com a noção de posição de classe, significando, portanto, o “fenômeno da situação comum de vários indivíduos numa estrutura social”

Pertencer à mesma classe ou geração franqueia ao indivíduo uma situação comum espaço-temporal. Isso delimita um horizonte potencial de experiências que predispõe o sujeito na classe a uma forma de ação, de pensamento e, em particular, a um tipo característico de ação historicamente relevante. Desse modo, outro grande número de experiências e formas de pensamento está excluído, o que delimita as possibilidades de autoexpressão abertas ao sujeito.

A distinção fundamental que a geração como forma de clivagem oferece da posição de classe é que esta pode ser entendida no contexto do conjunto das relações materiais e sociais em uma dada sociedade em um momento histórico. Já a noção de geração é a situação etária determinada pela posição de classe dos sujeitos e experienciada pelo processo de transição de uma para outra geração. Esta condição acrescenta uma dimensão de presente à juventude, em contraposição a tendências de considerá-la um permanente vir a ser, pois permanentemente põe e

repõe novos participantes na dialética socialmente estabelecida entre herança e porvir, configurando-se uma situação comum.

Enquanto situação comum, a geração é apenas uma condição genérica, potencial; para que se estabeleça como realidade, é preciso que um segmento etário partilhe um destino comum e de ideias e conceitos vinculados a seu desdobramento. Nesse aspecto, a mediação da posição de classe é fundamental para a composição da chamada unidade de geração. Em uma mesma geração podem existir várias unidades de geração diferenciadas e mesmo antagônicas, mas juntas compõem uma geração real, pois estão umas em relação a outras, mesmo que apenas no sentido de se combaterem.

Entra aqui, então, o terceiro elemento conceitual que distingue os jovens no interior de uma geração, que é a questão da pobreza, sobre a qual há uma vasta literatura que vai tratá-la sob diferentes abordagens. Nesta argumentação, o registro fundamental é que a pobreza se institui como questão social concomitantemente à formação e expansão das cidades. A necessidade de regulação das novas massas urbanas, sua localização no solo urbano levaram o setor público a intervir para se forjar uma nascente classe trabalhadora. A pobreza é um fenômeno urbano, em muito mediada pela reprodução no modo de vida urbano das dinâmicas do mercado de trabalho, dos sistemas de proteção social, dos circuitos de distribuição e consumo das mercadorias que organizam as relações entre Estado, classes e mercado. Assim, as formas de regulação da pobreza são parte fundamental da composição das unidades de geração.

Pois, como Thompson (1988, p. 10) ensina:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe se determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.

2 A CIDADE E SUA APROPRIAÇÃO

A relação que se estabelece entre jovens e cidade parte da constatação de que os jovens pobres têm uma restrita mobilidade pela cidade provocada por condições objetivas e simbólicas. A posição dos jovens pobres no tecido urbano reflete as relações sociais de tipo desigual, que resultam em diferentes capacidades de apropriação do espaço urbano. Na cidade desigual, os jovens criam suas estratégias, experimentam o diverso, convivem com as diferenças, percebem as contradições e vislumbram e realizam as suas ações.

Essas afirmações são corroboradas pelas falas dos jovens entrevistados, os quais, com base em suas experiências cotidianas e no uso que fazem do espaço urbano, discorreram sobre os locais que têm costume de frequentar e o que fazem nesses locais.

Os locais frequentados pelos jovens, embora residam em bairros diferentes, não diferem substantivamente: são os cinemas, pizzarias, shoppings e festas populares; porém, destacam-se aqueles que observam que as idas a esses locais ocorrem “só de vez em quando”.

Os jovens entrevistados possuem pouca mobilidade pela cidade, à medida que na maior parte do tempo ficam nos bairros de moradia e adjacências e aí desenvolvem suas atividades cotidianas, como ir à escola ou à casa de algum vizinho ou familiar. São ainda expressivas as falas daqueles que não saem de casa: “Não gosto de sair, só fico em casa”; “A gente acostuma ficar aqui, fomos criados aqui”.

Fica explícito na fala dos jovens que a apropriação que fazem do espaço urbano ocorre de forma fragmentada e multifacetada. Os locais destinados ao lazer, às horas livres são os mais significativos em suas vidas, já que não aparecem em suas falas de forma expressiva as experiências nos ambientes de trabalho, quando já as possuem, ou ainda o acesso a equipamentos públicos. Suas representações estão baseadas nas experiências de vida concretizadas no cotidiano e que interferem diretamente em ações e discursos.

No que se refere a essa apropriação do espaço urbano vivenciada pelos jovens, Barbosa (2007) aponta que as cidades, nos dias atuais, são apresentadas como espaço da desintegração de laços sociais e da degradação mais profunda da civilidade.

Por trás desse processo tem-se a configuração de táticas difusas e descontínuas que radicalizam desigualdades socioeconômicas e revelam, em seu percurso de afirmação, o propósito nada oculto de promover o mercado global de estilos de vida, serviços e imagens.

Os lugares de lazer são organizados de forma a aparecerem independentes do trabalho produtivo. No entanto, são lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, ligados aos setores do trabalho através do consumo dominado. Ocorre a produção de relações sociais e reprodução de determinadas relações de forma contraditória, dissociada, porém, a partir de uma unidade, do poder e na fragmentação. A cidade, assim, possibilita uma coerção por meio de um sistema de acesso às partes deslocadas e ao mesmo tempo o espaço configura-se como normatizador; a utilização do tempo é prescrita e vários discursos, interpretações, ideologias e valores são produzidos.

Quando foram questionados sobre o uso dos serviços públicos existentes no município, os jovens, em geral, apresentaram respostas restritas,

com poucas problematizações referentes à oferta, ao acesso e à qualidade desses serviços. Porém, observaram experiências diferenciadas de uso dos mesmos. Observaram: “Vou aos locais públicos para pagar contas”; “Se o ônibus for considerado um serviço público, é o único que utilizo”. Afirmaram ainda que embora não frequentem esses serviços, incentivam seus pais a frequentarem por algum motivo, como “Ir ao Procon para reivindicar algum direito”.

Os jovens moradores de uma área rural do município foram os que mais discutiram a questão dos serviços públicos, já que passam por uma série de privações, no que se refere aos serviços essenciais. De acordo com os jovens, na localidade não há água potável e o serviço de saúde funciona de forma precária: “A gente frequenta aqui, mas as coisas que aqui não se resolve, problemas mais urgentes, aí a gente tenta uma vaga para Juiz de Fora, só que demora”. “Mas a UBS só funciona três dias na semana (segunda, quarta e sexta)”.

A referida área é uma localidade rural pertencente ao distrito de Torreões, caracterizada por ser distante do centro de Juiz de Fora e que carece de vários serviços essenciais, o que faz com que os jovens moradores do local se remetam a ele como não pertencente à Juiz de Fora, embora administrativamente a localidade faça parte do município.

Para esses jovens é mais difícil ainda vivenciar a cidade como totalidade, seja pela segregação territorial a que estão submetidos devido ao caráter rural da localidade, seja pela falta de recursos para acessar as demais regiões do município.

Destaca-se ainda a insignificância que os serviços públicos possuem na vida dos jovens moradores de bairros periféricos carentes de infraestrutura e com equipamentos sociais precários. Os jovens desses bairros não desenvolveram qualquer julgamento a respeito dos serviços existentes ou inexistentes, apresentando-se em sua maioria calados, quando questionados sobre o assunto.

Cassab (2009) observa que os jovens pobres vivem a cidade de forma restrita e desigual, sendo suas chances de realizar ou influenciar a ação, o público e a própria política, ínfimas. Essa restrição, determinada pelos mecanismos de desigualdade social e de distinção territorial, possibilita certa naturalização de sua condição de invisibilidade. Sua presença na cidade é pouco tolerada. A eles são reservados fragmentos da cidade, o que dificulta a possibilidade da apropriação não apenas dos bens materiais, como também dos investimentos simbólicos do próprio espaço.

[...] Esses jovens experimentam pouco a cidade e não vivem as inúmeras possibilidades que ela abre. Seu território usado é restrito, pequeno e significativamente localizado no entorno de seus bairros. Confinados em seus

bairros ou em bairros de características semelhantes, esses jovens internalizam e naturalizam sua condição de jovens pobres, inclusive reproduzindo em seus discursos e práticas os mecanismos de desigualdade, distinção e diferenciação a que são submetidos [...]. (CASSAB, 2009, p. 171).

Para Santos (1993), morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este irá determinar quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar.

É justamente na área pauperizada do espaço urbano que se encontram os maiores índices de repetência escolar, gravidez na adolescência e criminalidade, como os diferentes tipos de violências vividas pelas crianças e jovens em experiências de isolamento social e dificuldades de acesso à renda e aos benefícios da cidade.

A normatização da cidade diante da desordem resulta na produção /organização de estratégias locais de afastamento dos indesejáveis – migrantes pobres, população de rua, deserdados do mundo do trabalho -, como também de estratégias de isolamento e de contenção de territórios considerados perigosos; constitui-se, sobretudo, como negação às reivindicações e exigências sociais dos pobres em relação aos seus direitos à cidade.

Por outro lado, o autor destaca que a atual busca da “vida comunitária” recria um ordenamento territorial urbano que reparte as populações e reforça a segregação de convivências, anula possibilidades e cria novos sentidos para a vida na cidade.

A imagem da desordem urbana naturaliza a hierarquia social e sua morfologia espacial, mascarando as desigualdades sociais ao banalizar a decomposição da civilidade diante da hegemonização econômica do território urbano e seus efeitos limitadores do uso da cidade fora da esfera da produção/consumo urbano dominante.

Nesse sentido, as possibilidades de participação dos jovens em diferentes espaços associativos sofrem interferências do controle desenvolvido pelo Estado, para além da ausência dos atos e comportamentos de caráter coletivo no espaço urbano mencionada pelo autor.

Castro e Vasconcelos (2007) chamam atenção para a ideia de participação estar diretamente relacionada à possibilidade de constituição de um capital político que permita a uma sociedade evoluir no manejo de seus instrumentos democráticos, bem como propiciar que os diversos interesses conflitantes sejam trazidos à tona para a arena pública.

Os jovens entrevistados pela pesquisa, em suas falas, deixam explícitas as dificuldades de participação que possuem, seja em virtude da forma como essa participação se dá, seja pelo desconhecimento dos processos participativos.

Jovens participantes de programa assistencial de formação para o trabalho, quando indagados se achavam importante participar de movimentos sociais e associações, responderam: “Acho importante, porque tem que ouvir a opinião do povo”. “Eu participei quando queriam acabar com o meu setor de trabalho”. “Acho, porque é um meio de dialogar e levar os problemas para serem resolvidos”.

Esses jovens destacam a importância da participação para mudanças na vida social e reconhecem a reivindicação como um mecanismo essencial para a obtenção de resultados positivos para as demandas apresentadas. Porém, ao mesmo tempo, destacam as dificuldades de participação que vivenciam: “Eu não participo porque tenho medo de confusão, a polícia sai batendo em todo mundo”. “A forma como a polícia age é repressiva, tenho um pouco de medo por causa disso”. “Acho importante para ver se ajuda um pouco a mudar a sociedade. Porque ninguém tá nem aí pra nada, precisa-se de atitudes drásticas, para que eles parem e pensem... no aumento da passagem, etc.”.

Embora sejam remotas as possibilidades de participação, observa-se pelas falas dos jovens que os mesmos possuem resistências em suas ações cotidianas e esperanças quanto às mudanças: “Acho importante, porque se tiver um grupo de gente é mais fácil conseguir as coisas”; “Nós participamos do grupo jovem na igreja (a gente ajudava a igreja a promover as coisas para o bairro)”.

As experiências e percepções dos jovens referentes à participação demonstram que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que a partir de suas inserções apresentam diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades e poder nas relações que estabelecem.

A localização dos sujeitos na cidade interfere nessas relações por meio das desigualdades sociais, concretizadas nas condições de vida dos lugares, sendo que para uma leitura da realidade devem ser consideradas as diferenças, desigualdades e discrepâncias existentes entre as condições de vida das populações associadas aos territórios onde vivem.

Moreira (2007) enfatiza que a ação dos organismos que expressam as funções formais do Estado quanto às demandas da sociedade civil fazem do espaço um campo de correlação de forças, e do espaço um elemento de caráter essencialmente político em sua determinação sobre a organização global da sociedade.

Nesse sentido, cada recorte territorial, segundo o autor, é um nível escalar de domínio, a espacialidade diferencial expressando o poder plural dos sujeitos em embate dentro do todo da sociedade e do Estado. “O espaço expressa e revela em sua estrutura todo o complexo da assimetria de classes” (MOREIRA, 2007, p. 88).

A ordem espontânea dá lugar à ordem explícita dos domínios, e a forma

concreta do ordenamento assim se firma. O fato de tudo mover-se como uma espacialidade diferencial garante o caráter plural dos sujeitos, pluralidade que se abre para uma história definida em seus caminhos como um plano de mil possibilidades. Não há, portanto, só um ordenamento territorial possível dentro de cada forma de sociedade. [...] O trânsito da ordem espontânea para a ordem da intencionalidade explícita é que faz do arranjo do território um ordenamento para... E a hegemonia de classe é quem o qualifica. (MOREIRA, 2007, p.86).

Moreira (2007, p.103) observa que “multiplicam-se os movimentos de responder ao espaço do dominante num contraespaço da afirmação do outro, o excluído do bloco histórico”. O contraespaço, para o autor, é o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída, podendo ser contraespaço um movimento de confronto, de resistência ou de simples questionamento da ordem espacial existente, configurando-se, em suma, por uma luta por novas e democráticas formas de espaço.

Nesse âmbito, ganha relevância a questão apresentada aos jovens sobre quais eram as mudanças necessárias para que a cidade se tornasse melhor. Destaca-se a expressividade dos jovens ao responder tal questão, que se referiam tanto à esfera da política institucional como da reivindicação por serviços públicos. Não foram encontradas reflexões sobre a participação política dos jovens nessas mudanças, apesar de terem relacionado a importância da participação dos jovens como sujeitos da ação. As respostas vão desde questões que dizem respeito a todos os habitantes do município, como investimentos em transporte, saúde, educação, cultura, lazer e segurança. Segundo os jovens, isso passaria por uma boa governabilidade do município, por meio da: “não corrupção”, “em primeiro lugar é a política” a questões específicas ao próprio bairro: “Para o bairro aqui deveria ter água tratada”; “Saneamento nos bairros. Logo na entrada do meu bairro tem um lixão”.

Destaca-se, no tocante à questão, o posicionamento dos jovens residentes de um bairro de infraestrutura precária e com solo cobijado pela especulação imobiliária em razão de sua localização central, que não conseguiram responder acerca das mudanças necessárias, mostrando-se pensativos. Ao serem então questionados pela equipe sobre a situação de um campo de futebol do bairro, principal área de lazer da comunidade, que foi desativado para dar lugar a um shopping, os jovens se mostraram resignados: “Não tem problema, porque a gente tem outro campo lá em cima no bairro”.

Por outro lado, o grupo composto por jovens trabalhadores que possuem a experiência de participação em projeto social e mobilidade pela

cidade apresentou respostas mais abrangentes no que se refere às melhorias para o município: “Educação, projetos sociais para reestruturação da consciência”; “Mais para a Cultura”. “Investir mais na criança; o jovem já tá mais ou menos formado...”. Esses jovens, em suas falas, apresentaram ainda conteúdos que remetem às necessidades de mudanças na esfera da política municipal e demonstraram possibilidades de apropriarem-se do espaço público na perspectiva do direito, com ênfase na participação política.

O grupo mencionado apresenta-se de forma diferenciada dos demais devido ao caráter socioeducativo do projeto em que se inseriram, possibilitando-lhes análises críticas da realidade em uma conjuntura em que a criminalização da pobreza apresenta-se como dimensão política importante. Nesse processo, trata-se mais de culpabilizar e naturalizar, do que apresentar abertamente para os trabalhadores a raiz das desigualdades.

Por meio das regulações, baseadas em padrões de relação, os sujeitos encaminham sua vida cotidiana, comportando-se de determinada forma. Na luta pela sobrevivência, os jovens pobres acabam por ter um horizonte que pode ir além do imediato. Em suas experiências cotidianas não se percebe a presença da esfera pública como poder que deve apoiá-los na luta pela sobrevivência e lhes fornecer um horizonte de participação social.

Caminhos podem ser abertos em suas vidas por meio da elaboração de outras ideias, produzindo novos significados. Neste processo é necessário resgatar a tríplice dimensão da vida social: historicidade, espacialidade e ser político.

Dentre os jovens que acreditam que a organização é um elemento importante de fortalecimento do direito, estão os inseridos no ensino superior, os ligados a alguma política pública e os em serviço militar obrigatório. Porém, somente alguns participam, como por exemplo, os ligados a movimentos estudantis e associações de bairro, ou em algumas poucas ações de caráter voluntário e religioso.

Os que não participam, mas dizem acreditar na relevância dos movimentos, alegam o medo da repressão policial, falta de tempo e até mesmo por não verem resultados das ações. Um exemplo muito citado são as passeatas pela redução do preço da passagem do transporte coletivo urbano, onde a maior recordação se volta para as ações de “vandalismo”, e em menor grau, para as verdadeiras conquistas das manifestações.

Dentre os entrevistados que não acham importante, vê-se os mesmos exemplos, da falta de resultados, dos tumultos causados, etc. Alguns não expressaram nenhum tipo de argumento em relação à não participação. “Eu não vou fazer nada, vou ficar em casa esperando; se alguém conseguir mudar alguma coisa vai ser bom, se não, tanto faz”.

Mesmo diante do repúdio de alguns com relação

à ação política, vê-se que as ações desenvolvidas no cenário da cidade são relevantes; não apenas as de inclusão dos aglomerados de exclusão na dinâmica da vida da cidade, através do estabelecimento de serviços públicos em seu espaço físico, mas também as de criação de sentidos e valores através de um circuito de cultura.

Percebe-se que à medida que os jovens ficam restritos ao seu bairro, suas possibilidades de questionar, vislumbrar outras possibilidades e formas de vida se restringem, o que conseqüentemente repercute no direito de acesso à cidade. A análise da verbalização dos jovens possibilitou sistematizar hipóteses tais como a de que as experiências dos jovens acerca de projetos sociais e políticas públicas podem interferir em experimentação e/ou fomento de anseios sobre questões inerentes ao espaço urbano; reposicionamento destes diante das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que expressam desigualdades e diferenças.

O processo de reprodução do espaço comporta, em sua dimensão local, a constituição de um processo que se realiza na relação cidadão/cidade baseada na construção da identidade, no sentido do “pertencer ao lugar”, posto que a vida humana se realiza no plano do lugar.

A partir deste contexto é que se pode pensar a questão da juventude na relação entre local de moradia e serviços sociais públicos. Para que os indivíduos possam ser reconhecidos neste jogo das relações sociais é preciso que, em primeiro lugar, seja valorizado como um interlocutor válido nas arenas de disputa dos conflitos sociais. Os jovens precisam, portanto, serem vistos como sujeitos que constroem e pertencem a esse cenário em transformação, que sobrevivem na diversidade.

O deslocamento dos jovens, por exemplo, no lugar em que vivem, ocorre a partir de sua inserção social e do uso do espaço, que lhe proporciona a criação dos vínculos sociais, a vivência do conflito, da negociação e inter-relações e onde se encontram as possibilidades de reavivamento do ideário de transformação.

O não reconhecimento de pertencimento à cidade acarreta na perda do reconhecimento essencial da ação política destes jovens, das rupturas como detentores de um grande potencial transformador, onde é possível estabelecer perspectivas de totalidade e de uma política emancipatória, pois o global tem influência decisiva, mas ele só é percebido em suas relações e ações locais, no cotidiano.

Balim (2003) relata que o jovem passa a ter seu cotidiano controlado, devido à produção do meio técnico, científico e informacional, terceirização das estruturas de controle, lógica da sociedade do consumo, fato que minimiza as possibilidades de transformação, que é inerente ao ser humano.

Atualmente o que existe é o desaparecimento do cidadão e o surgimento do usuário, que apenas

se limita a reivindicar o bom funcionamento dos serviços se esquecendo que é membro de uma comunidade política. O usuário não cria o novo, apenas aperfeiçoa, o que acaba acarretando na reprodução da estrutura social implementada.

São necessárias as informações que conectam as pessoas, permitindo que se reconheçam como sujeitos das ações individuais e coletivas, para que os indivíduos tenham acesso à multiplicidade de eventos que acontecem, podendo escolher com maior liberdade o cotidiano que lhe interessa, o que não ocorre na realidade da maioria dos jovens pesquisados, pois suas atuações são influenciadas pela intencionalidade do sistema capitalista e o meio técnico e organizacional que a sociedade impõe.

3 TRABALHO E CONSUMO

O domínio da cultura foi uma das áreas que o desenvolvimento da tecnologia integrou às relações mercantis na modernidade. A circulação dos artefatos de cultura, com a expansão das comunicações, criou um mercado de consumidores que rompiam com as formas tradicionais do estar na cidade. O próprio espaço da cidade torna-se alvo de intervenções planejadas e passa a ser ele mesmo um dado da cultura.

Cassab (2001, p. 129) observa que é na cidade que se desenrolam as relações tecidas na ordem do capital, ao mesmo tempo em que nela estão os sinais visíveis da cultura de um povo, local onde os sujeitos experimentam em sua própria pele a concretude das relações. “A cidade, desse ponto de vista, é síntese de tempo e espaço, é visibilidade do entrelaçamento entre estes e os sujeitos”.

O traço mais marcante da cultura na contemporaneidade é seu caráter de consumo. Mudanças ocorrem nas experiências e práticas culturais dos grupos sociais, os quais desenvolvem novas formas de orientação e identificação.

Sobre essas mudanças identitárias, P. Netto (1996) salienta que a dissolução de antigas identidades sociais (classistas), a atomização e pulverização imediatas da vida social e as novas “sensibilidades” produzidas pelas tecnologias da comunicação, erodiu os sistemas constituídos de vinculação e inserção sociais.

A “cultura global” movimenta-se entre a produção/divulgação/consumo mercantilizados de “artefatos globais” e a incorporação de expressões particularistas. Privilegia-se um individualismo de caráter possessivo, por um lado, e o “direito à diferença”, de outro, de forma abstrata e arbitrária. As identificações mesclam-se em referências de vários grupos diferentes e combinam identidades diferentes, que extrapolam o pertencimento a um segmento de classe determinado. Para P. Netto “Nessa cultura, parece vigorar a máxima segundo a

qual não há sociedade, só indivíduos” (1996, p. 98).

A cultura de consumo na contemporaneidade é um fenômeno também propiciado pelo modo de vida urbano e tornou-se hoje um dos eixos fundamentais da expansão do capital. Dessa maneira, o consumo passou a ser elemento organizador central dos referenciais de identidade no supertexto da cultura.

Na contemporaneidade, a cultura vai-se constituindo em uma esfera que atravessa todas as outras instâncias da vida social, tornando-se um elemento central tanto na esfera da produção como na reprodução da vida social.

O consumo como modelo para identificação dos sujeitos tem algumas repercussões na forma de produção da subjetividade que são fundamentais. A primeira é que apenas a dimensão do individual é valorizada, já que o consumo é uma experiência solitária. A segunda é que, sendo estritamente do campo individual, os processos caudatários da produção da subjetividade coletiva tornam-se fluidos, enfraquecendo-se a dimensão da cidadania e solidariedade social, que não está restrita à intersubjetividade. (CASSAB, 2001, p. 160).

Impactados pelas novas dinâmicas econômicas e socioculturais, Estado e sociedade civil modificaram-se em suas esferas próprias e em suas relações. Nesta lógica em que o mercado adquire status de modelo de totalidade na vida social, ocorrem alterações nos modelos identificatórios que o Estado oferece aos sujeitos.

O enfraquecimento do modelo de Estado como uma rede organizada de serviços e solidariedade, irradiador de uma sociabilidade fundada em princípios de regulação, pautados por interesses coletivos e de solidariedade social é um fato importante para se compreender os mecanismos de hegemonização da lógica do mercado também para os sujeitos em sua reprodução social.

Ao regular por meio de suas instituições a vida dos sujeitos, o Estado lança mão de uma ideologia que coincide com a prática: a separação na sociedade burguesa. O imperativo é de aceitar a dissociação e considerá-la real. “Abandona-se, assim, a unidade concreta que constitui a sociedade burguesa e aceita-se a ilusão que ela coloca em seu lugar”. (LEFÈBVRE, 2008, p. 52). A implicação dessa dissociação no plano do espaço urbanístico configura-se na caracterização do espaço enquanto desarticulado, e de coações e de normas disseminadas.

Lefèbvre observa que dessa forma o espaço é concomitantemente dominado pela técnica e não-apropriado para e pelo uso. Ele é imediato, pertencente a uma ordem próxima, a da vizinhança, e mediato, pertencente a uma ordem distante, à sociedade, ao Estado. Por meio das regulações,

baseadas em padrões de relação, os sujeitos encaminham sua vida cotidiana, comportando-se de determinada forma.

Na luta pela sobrevivência, os jovens pobres acabam por ter um horizonte que pode ir além do imediato. Em suas experiências cotidianas não se percebe a presença da esfera pública como poder que os apoie em sua sobrevivência, lhes forneça um horizonte de participação social.

As relações entre cultura, política e território no mundo contemporâneo e suas incidências na trajetória de vida dos jovens pobres ganham centralidade nesse estudo por meio da crítica do consumo como elemento básico na definição das identidades e relações sociais. A demanda dos jovens é pelo direito de construir os sentidos que concretizam e definem as relações sociais como redes de pertencimento? Nesse sentido, o desafio político está posto pelo pensamento e ações sociais?

A participação da sociedade na produção de seu espaço ocorre através do direito que deve ser assegurado, à medida que garanta a utilização plena e ilimitada dos lugares de vida que lhe são destinados. Isto só pode ser concretizado através de intervenções, que orientem a perspectiva de realização das aspirações humanas, ao passo que a transformação da paisagem deve ser vinculada à atuação de toda a sociedade, portanto, não deve ser oferecido por imagens moldadas.

A posição em que os jovens pobres ocupam na cidade, suas condições materiais e culturais, como nos afirma Abramovay (2002) os colocam sob dois ângulos: vítimas ou agentes da violência. A cotidianidade da violência na vida dos jovens nos leva a compreender o destaque dado nas falas dos mesmos em relação a esta questão.

Diante da multiplicidade dos conceitos de violência, o mais comum é aquele que a define como um ato de transgressão contra o que alguém ou o que uma sociedade considera como justo e como direito. Entretanto, acredita-se que a violência pode acentuar-se devido a várias determinações, tais como: gênero, idade, classe social e pobreza. Os jovens deixaram claro que têm esta compreensão acerca da violência, já que em suas falas destacaram a violência como fator cotidiano e mais significativo das localidades pobres e periféricas. Segundo um jovem: "Para mim a violência é por causa da falta de informação e o desemprego".

Outros jovens observaram conviver com essa realidade em sua cotidianidade em conflitos por disputas entre bairros, em brigas motivadas pela importância que os jovens do bairro conferem às roupas de marca, e em relação às investidas policiais. Nas palavras destes: "*As pessoas estão muito individualistas, elas só se unem no meu bairro, para brigar*"; "*Por isso que tem violência, porque as pessoas se juntam para brigar com outras pessoas de bairros*". Desta forma, para além desta apreensão

da questão violência, os jovens conseguiram estabelecer relação desta com o consumismo e o individualismo.

Assim, a concepção de democracia focaliza meramente o poder político, abstraindo-o das relações sociais, ao mesmo tempo em que apela a um tipo de cidadania passiva na qual o cidadão é efetivamente despolitizado.

Nem todos os jovens entrevistados da pesquisa tiveram ainda sua primeira experiência com o trabalho, porém, por unanimidade, relataram a importância do mesmo na reprodução da vida e em sua maioria eles expressam a importância do emprego, relacionado principalmente à vida financeira. "*Quem não trabalha, não vive*"; "*Mas o principal para mim é o dinheiro*".

Quando indagados sobre "se há trabalho para todos", as opiniões se dividem, mas as de maior repercussão estão nas respostas positivas, onde os jovens ressaltam que "*basta querer*", "*falta qualificação*", "*falta oportunidade*". Nas palavras de um dos entrevistados: "*Eu acho que tem trabalho para todo mundo. Falta qualificação. A professora falou esses dias, que tem emprego, mas falta gente qualificada*". Contraditoriamente, estes jovens afirmam que na época de seus pais era mais difícil conseguir um emprego, apesar da menor concorrência de antigamente e da falta de oportunidade nos dias atuais.

Os jovens relatam que boa parte dos empregadores os desvalorizam por serem jovens: "*Ah! Eu acho que jovem é muito desvalorizado no mercado de trabalho*"; "*Aí o cara dava responsabilidade para mim. Ai tinha gente que você via que reprovava*".

De forma geral, as experiências positivas são assim classificadas pelos jovens, devido aos benefícios que a inserção no mercado de trabalho oferece, como por exemplo, novos aprendizados, possibilidades de fazer novos amigos, adquirir autonomia financeira. Por outro lado, como negativo, observam a baixa remuneração, a extensa carga horária, a falta de estabilidade financeira e de vínculos empregatícios, além da falta de reconhecimento profissional.

Ao refletirem sobre a inserção no mercado de trabalho, destacaram as relações vigentes na atualidade, no que se refere às hierarquias, à grande competitividade nos espaços ocupacionais, à alta rotatividade dos trabalhadores e à facilidade com que são dispensados de seus cargos caso não alcancem os objetivos estabelecidos pelos empregadores. Realizam ainda comparações entre os diferentes centros urbanos quanto às oportunidades de emprego, mão de obra qualificada e remuneração.

Aqui a mão de obra é muito grande, qualquer setor, a mão de obra é muito grande então você ganha pouco, porque você não é valorizado, desvaloriza sua mão de obra, você é desvalorizado e você tem que estar sempre se aprimorando porque tem alguém querendo seu lugar.

[...] Aí você vai pra um lugar desses, um Amazonas da vida, por exemplo, vou trabalhar lá, vou ganhar bem, mas eu vou, vamos supor assim, perder né, três anos da minha vida no meio do mato e ganhando bem, entendeu? Ou fico desempregada aqui? É isso, a concorrência hoje é muito grande.

Percebe-se a centralidade do trabalho na vida dos jovens, porém o que mais sobressai em suas opiniões é a dimensão subjetiva (responsabilidade, independência financeira, consumo, melhora na condição de vida de cada um, etc). *“Com certeza. Acho que tem o lado pessoal, quando você faz o que gosta, eu acho que se sente realizado quando vê resultado”*.

Os jovens, em sua totalidade, acreditam que o trabalho pode proporcionar melhores condições de vida, seja pelo retorno financeiro ou pela realização pessoal quando se faz o que gosta. Porém, afirmam que nem sempre o trabalho cumpre essa função em virtude das ações desempenhadas por alguns trabalhadores, como por exemplo, nos trabalhos penosos e degradantes e que oferecem remunerações não compatíveis com as funções realizadas.

4 CONCLUSÃO

Este artigo apresenta parte dos resultados do trabalho de campo de uma pesquisa que trata da construção teórica da categoria jovens pobres. Esse fragmento do percurso investigativo percorrido mostra achados de parte do trabalho de campo realizado, por isso suas conclusões serão sempre necessariamente parciais.

Fundada nas categorias geração, pobreza e posição de classe, a análise articula elementos na busca de estabelecer uma compreensão que possibilite a apreensão da condição juvenil e as possibilidades de sua ação política nesse momento da vida. Para isso é a cidade e as formas de sua experiência e apropriação, ou não, por onde se inicia a ação política dos jovens.

Em seu imediato é a cidade que oferece aos jovens em seus trajetos cotidianos o vislumbre de sua posição de classe, das formas de resistência e marcas possíveis de sua geração na história.

O deslocamento dos jovens, por exemplo, no lugar em que vivem, ocorre a partir de sua inserção social e do uso do espaço. O espaço é determinante tanto para o estabelecimento da rede de vínculos sociais, na qual vivenciam o conflito, a negociação e inter-relações, como para a formação do ideário de transformação, parte da condição humana, e que proporciona o aguçamento da participação política. Talvez possa se afirmar que para os jovens a possibilidade de estabelecer um ideal de ruptura está muitas vezes nas relações cotidianas.

Nas práticas espaciais, nas rotas do trabalho e

no uso do território se formam, então, os referenciais possíveis de sua posição de classe. Tais referenciais são a base do estabelecimento de suas identidades, de sua visão de mundo e da necessária tomada de posição frente às questões da vida social e política. É mais do que isso, os jovens são os orientadores de sua ação e da forma como se apresentam nas negociações no cotidiano da vida.

O não reconhecimento de pertencimento à cidade acarreta na perda da possibilidade da ação política destes jovens, de suas rupturas como detentores de um potencial transformador, ou no mínimo, de portadores de inovação e mudança social.

REFERÊNCIAS

BALBIM, R. A quinta dimensão do espaço: cotidiano e práticas espaciais. In: SOUZA, M. A. et al. (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

CASSAB, C. **(Re) construir utopias: jovem, cidade e política, 2009. 228f.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

CASTRO, M. G; VASCONCELOS, A. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

FORACCHI, M.M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

LEFÈBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M.M (Org.). **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção grandes cientistas sociais, 25).

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as

dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

P. NETTO, J. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, ano 17, n. 50, abr. 1996.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

NOTA

1 No debate contemporâneo sobre juventude há a defesa da extensão da faixa etária que demarca essa fase para além dos 24 anos, e nesse sentido, na pesquisa foi adotada a faixa utilizada hoje por organizações nacionais e internacionais.

Maria Aparecida Tardin Cassab

Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF); Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-RJ em 1999
E-mail: cassab@powerline.com.br

Francinelly Aparecida Mattoso

Professora Substituta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF); Mestranda pela FSS/UFJF;
E-mail: francimattoso@ig.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Campus Universitário de Martelos
CEP: 36036-330 - Juiz de Fora – MG